

Uma crítica aos pressupostos do populismo

A criticism to the assumptions of populism

Una crítica a los supuestos del populismo

Danilo Lucena Mendes¹

Recebido em: 25/07/2020

Aprovado em: 06/09/2020

Resumo: Neste artigo problematizamos os pressupostos teóricos do conceito de populismo tal como formulado pelo cientista político Francisco Weffort entre as décadas de 1960 e 1970. Apesar de uma considerável produção historiográfica ter evidenciado as impropriedades desse conceito para explicar a participação política da classe trabalhadora brasileira nos períodos 1930-1945/1946-1964, o populismo persiste como categoria analítica nas questões relativas aos fenômenos políticos, atualmente. Nossa hipótese é de que esse conceito supõe, de modo equivocado, um modelo universal de desenvolvimento histórico, de modo que na observação histórica de uma sociedade específica, a brasileira, as classes sociais são julgadas mais pelo que deveriam ter feito, segundo a experiência exemplar europeia, do que pelo que fizeram de fato, levando em conta, alternativamente, as possibilidades efetivas de ação das classes sociais, a compreensão de suas escolhas em seus próprios termos e o caráter relacional da luta de classes, tal como alguns autores da sociologia contemporânea nos permitem pensar.

Palavras-chave: Populismo; Francisco Weffort; Materialismo histórico; Sociologia contemporânea.

Abstract: In this article we discuss the theoretical assumptions of populism such as formulated by the political scientist Francisco Weffort during the 1960's and the 1970's. Currently, the category is still applied to discuss the political phenomena, even though a broad historiographical production emphasized the inadequacy of such concept to explain the political participation of Brazilian labor class in politics between the years of 1930-1945 and 1946-1964. Our hypothesis is that such notion mistakenly assumes a universal model of historical development. According to that, in the historical analysis of a specific society as the Brazilian, social classes are judged by the actions they should have taken, in comparison to the experience of European model, instead of being evaluated by what they have actually done. Alternatively, authors of contemporary sociology propose that we consider the real possibilities of action of social classes, the comprehension of their choices in their own terms and the relational nature of class struggle.

Keywords: Populism; Francisco Weffort; Historical materialism; Contemporary sociology.

Resumen: En este artículo problematizamos los supuestos teóricos del concepto de populismo formulado por el politólogo Francisco Weffort entre los años 1960 y 1970. A pesar de la considerable producción historiográfica que muestra las insuficiencias de este concepto para explicar la participación política de la clase obrera brasileña en los períodos 1930-1945 / 1946-1964, el populismo persiste como categoría analítica en temas relacionados con los fenómenos políticos, actuales. Nuestra hipótesis es que este concepto asume erróneamente un modelo universal de desarrollo histórico; de modo que, en la observación histórica de una sociedad específica, la brasileña, las clases sociales son juzgadas más por lo que debieron haber hecho, según la experiencia ejemplar de los europeos, que por lo que realmente hicieron, teniendo en cuenta, alternativamente, las posibilidades efectivas de acción de las clases sociales, la comprensión de sus elecciones en sus propios términos y el carácter relacional de la lucha de clases, como algunos autores de la sociología contemporánea nos permiten pensar.

Palabras clave: Populismo; Francisco Weffort; Materialismo histórico; Sociología contemporánea.

¹ Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar e pesquisador do Laboratório de Estudos sobre Trabalho, Profissões e Mobilidades (LEST-M). Contato: danilolcnmnds@gmail.com / <http://orcid.org/0000-0001-5710-0617>.

Introdução

[...] a formação de hipóteses conceituais e a produção de evidência empírica para reforçar ou quebrar essas hipóteses, a fricção entre pesquisa “molecular” e generalização “macroscópica” a que Wright Mills frequentemente se referia. Em qualquer tradição intelectual vital, esta dialética, esta zona candente entre modelos e particularidades, é sempre evidente. O que é tão profundamente deprimente em muitas das diversas variantes do marxismo desde a morte de Engels é sua resistência teimosa a todos os “grandes fatos” que o século XX jogou na nossa cara e sua defesa igualmente teimosa (ou apenas modificações triviais) do modelo herdado. (E. P. Thompson).

Nas décadas de 1950 e 1960, formou-se um conjunto de hipóteses dedicado a explicar a participação política da classe trabalhadora urbana brasileira que, desde 1930, ascendera como um ator relevante no jogo de poder. Assim, as primeiras gerações de cientistas sociais brasileiros (GOMES, 1996), desafiadas por questões colocadas por uma sociedade em acelerado processo de mudança social, assentaram o conceito de populismo para interpretar o comportamento político das classes sociais no regime democrático de 1945-1964. A crise política e a derrocada autoritária desse regime ensejaram análises políticas *a posteriori* carregadas de um pessimismo desqualificador, de modo que essa experiência democrática foi adjetivada como populista para atribuir-lhe um caráter trágico.

O conceito de populismo baseia-se na suposição de que a “democracia populista” estava fadada ao fracasso por sustentar-se, desde suas origens, na conciliação de interesses de classes que seriam inconciliáveis (WEFFORT, 2003). A despeito de evidências históricas e historiográficas (CHALHOUN; SILVA, 2009; GOMES, 1988; LOPES, 1988; PAOLI, 1987; RAMALHO, 1989; SANTANA, 1998; SILVA, 1999) desacreditarem tal suposição, esse conceito mantém-se influente².

Nosso objetivo aqui é problematizar os pressupostos desse conceito com base no aporte teórico da sociologia contemporânea, especialmente nas contribuições de Pierre Bourdieu, Norbert Elias e Edward Palmer Thompson.

² Recentemente, esse conceito foi redimido como categoria analítica pelo filósofo Vladimir Safatle ao considerar a atuação das classes sociais no recente processo político brasileiro. Safatle afirma que “a esquerda brasileira conhece apenas um horizonte de atuação, este que atualmente chamaríamos de ‘populismo de esquerda’.” O núcleo desse tipo de atuação política seria a conciliação de interesses, cujas consequências seriam funestas para a esquerda. (SAFATLE, Vladimir. “**Como a esquerda brasileira morreu**”. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/opiniao/2020-02-10/como-a-esquerda-brasileira-morreu.html>>. Acesso em: 11 fev. 2020.)

O populismo segundo Francisco Weffort

Para efeito de análise, consideramos dois ensaios de Weffort a respeito do assim chamado populismo. O primeiro é o artigo *O populismo na política brasileira* (1967), escrito originalmente para compor um dossiê sobre o Brasil na Revista francesa *Le Temps Modernes*. O outro texto chama-se *Classes populares e política* (1978)³. Nesses textos, aparecem os pressupostos fundamentais de sua interpretação sobre o período de 1930-1964, durante o qual o populismo teria se manifestado. Segundo a hipótese levantada neste trabalho, os pressupostos dessa interpretação inscrevem-se, em parte, em uma apropriação do materialismo histórico como modelo universal do desenvolvimento histórico. Tal apreensão teria inclinado Weffort a compreender a evolução política da América Latina, em geral, e do Brasil, em particular, através da trajetória europeia, tida como ideal, assim reduzindo as peculiaridades latino-americanas ao modelo europeu, por sua vez, generalizado a partir da experiência anglo-francesa.

Assim, os pressupostos importados inspiram uma interpretação estrutural do comportamento político das classes sociais latino-americanas que se soma a uma adjetivação que confere valor negativo à atuação política das mesmas:

Nossa hipótese é de que a relativa incapacidade demonstrada por esses grupos em assumir as funções de “elite de reemplazo” está associada à persistência - embora em crise e em redefinição depois de 1929 - das estruturas e relações sociais anteriores. Nessas condições, deve-se reconhecer que a matriz dos Estados latino-americanos, apesar de todas as alterações sofridas durante os últimos decênios, é ainda hoje aquela que lhe foi dada pela velha classe desde a segunda metade do século XIX até os primeiros decênios do século XX (WEFFORT, 2003, p. 112).

De um modo geral, a perspectiva weffortiana é notável por destacar as peculiaridades da história latino-americana em comparação com o desenvolvimento europeu. Contudo, ao tomar as teses da teoria da história marxista, sem atentar para o fato de que foram pensadas com base na experiência europeia, Weffort reproduziu o esquematismo comum à ortodoxia marxista – ora associado ao stalinismo, ora reforçado por teóricos em busca de fixar as leis do desenvolvimento histórico. Além disso, não escapou de atribuir valor negativo à experiência latino-americana.

Filiando-se a uma visão ortodoxa da teoria da história marxista, o cientista político assumiu a tese de que cabia apenas uma escolha à classe trabalhadora latino-americana, diante da qual qualquer outra seria definida como contrária aos seus “interesses reais” (sic), quando finalmente se tornam um ator político relevante nos anos 1930. A partir dessa quadra histórica, os trabalhadores deveriam agir de acordo com a consciência de que formavam uma

³ Os dois ensaios se encontram reunidos no livro “O populismo na política brasileira”, publicado em 1978.

classe com vocação hegemônica, conduzir as transformações sociais às últimas consequências, esmagando as “velhas estruturas de poder” e realizando, de fato, a modernização. Entretanto, na América Latina o movimento operário teria se comportado de modo atípico⁴. A classe trabalhadora brasileira, por exemplo, foi atraída para dentro de um arranjo de poder estranho aos seus próprios objetivos. A participação nesse arranjo exigiu que essa classe consentisse com a dominação de líderes demagógicos e manipuladores, que nunca consideraram os verdadeiros interesses do proletariado. Assim, comportando-se como massa, a classe trabalhadora não só não enfrentou as classes dominantes, como veio a se aliar com elas em um pacto político chamado de populismo cuja marca indelével seria a conciliação de interesses.

Essa é uma das suposições básicas do conceito de populismo e pode ser depreendida dos ensaios de 1967 e 1978, que sedimentou uma interpretação dominante sobre o período 1930-1964. No primeiro ensaio, têm relevo ideias tais como: “manipulação das massas” e “passividade das classes populares”, cujos protestos não são vistos na chave de atuação de um grupo organizado como classe social, mas como meras “pressões individuais”, típicas de um comportamento de massa.

No texto escrito uma década depois, a visão ortodoxa do marxismo aparece mais nitidamente. Assim, o comportamento e o projeto político das classes sociais foram pensados através de um nexo causal que aferra a consciência à situação das classes nas relações de produção, daí se presumem os verdadeiros interesses de cada classe social. Porém, tais interesses não se efetivam por impedimento das velhas estruturas de poder⁵. Essas estruturas, legadas pelo domínio secular dos oligarcas, perduraram e complicaram a sorte das classes sociais, determinando suas escolhas. Ao fim ao cabo, o populismo é caracterizado pela impossibilidade de qualquer classe ter plena autonomia, de organizar uma hegemonia pura para conduzir um processo real de transformação social, provocando uma ruptura no processo histórico⁶.

⁴ Nesse sentido Weffort afirma que “o movimento operário típico propõe objetivos sociais e políticos próprios; no entanto, a pressão operária nos quadros do populismo se vê obrigada a subordinar seus objetivos ao dos grupos dominantes que participavam do movimento, ou então a traduzi-los sob a forma de metas ‘supraclassistas’.” (WEFFORT, 2003, p. 114-115)

⁵ No momento em que se manifesta a crise de hegemonia da burguesia agro-exportadora, fica explícito que: “os novos grupos não encontraram, depois da crise da hegemonia oligárquica, condições de plena autonomia perante as velhas estruturas da propriedade e do poder.” (WEFFORT, 2003, p. 112).

⁶ Para Weffort o populismo durou enquanto a conciliação de interesses foi possível. Assim, quando a reforma agrária apareceu como ameaça o pacto foi quebrado. Weffort, contudo, nada fala de fatores externos que contribuíram para o fim do regime 1945-1964. Esquece, por exemplo, que se vivia em plena a guerra fria. O grande silêncio sobre o peso da política externa na derrocada do regime pode ser explicado pelo fato de que o conceito de populismo é também uma interpretação *a posteriori* sobre o golpe de 1964. Como já se sabia do

As novas perspectivas sociológicas oferecidas por Thompson, Bourdieu e Elias acerca (i) dos limites da generalização de esquemas teóricos na interpretação de realidades específicas, bem como (ii) das contradições manifestadas pela ação das classes sociais na história e (iii) das insuficiências das teorias do poder e da dominação, que ignoram o caráter relacional desses fenômenos, nos permite enfatizar alguns problemas teóricos que, segundo nossa hipótese, encontram-se nos pressupostos do conceito de populismo weffortiano.

Elias, Bourdieu, Thompson contra os pressupostos do populismo.

O historiador inglês Edward Palmer Thompson (1924-1993) destacou-se no debate historiográfico nas décadas de 1960 e 1970. Thompson confrontou a vertente estruturalista do marxismo, apontando para as suas principais insuficiências teóricas. O autor se opôs tanto à ortodoxia stalinista – a partir de 1956, quando rompeu com o Partido Comunista Inglês – quanto ao estruturalismo francês de Louis Althusser, que foi importado para a Inglaterra por Perry Anderson e Tom Nairn, quando assumiram a direção da *New Left Review*, em 1963 (FORTES, A.; NEGRO, A. L.; FONTES, P., 2012).

Em seu clássico *A formação da classe operária inglesa* (1963), o historiador marxista estudou os conflitos de classe na Inglaterra do século XVIII. Neste estudo, testou as principais teses da ortodoxia marxista acerca do processo histórico e não apenas logrou uma simples demonstração dos equívocos de sua pretensão universalista, como expôs um acurado senso crítico na condução da pesquisa de processos sociais de longa duração. Isso lhe permitiu redimir, na medida do possível, a diversidade da experiência cultural dentro da dialética permanente das lutas sociais.

A despeito de provocar, talvez, o abalo de maior dimensão sobre o potencial explicativo das teses polidas por leituras ortodoxas, Thompson – embora preferisse ser reconhecido como um historiador inglês – não apenas afirmava sua identidade como marxista⁷, mas, sobretudo, assumiu a centralidade da luta de classes como tese fundamental nos estudos dos processos históricos: “Jamais houve época em que a dialética da imposição da dominação e da resistência a essa imposição não fosse central no desenvolvimento histórico” (THOMPSON, 2012). Afora a tese da centralidade da luta de classes, pouca coisa ficou de pé

desfecho político do regime, o conceito postula que tal regime não poderia acabar bem, estava fadado ao fracasso, daí seu caráter fatalista. (WEFFORT, 2003).

⁷ A esse respeito é pertinente citar a seguinte declaração feita no Congresso de História da Índia, no ano de 1976: “Muito do que tenho a dizer pode bem soar como lugar-comum para vocês, algo assim desnecessário. Entretanto, talvez ainda haja alguma coisa pendente entre os historiadores da tradição marxista (do Leste e do Oeste), até agora muito relutantes em enfrentar determinados problemas. Como historiador desta tradição, pretendo expor, na minha conclusão, alguns pontos de autocrítica marxista.” (THOMPSON, 2012).

do edifício teórico construído pelos ortodoxos, sobretudo, no que diz respeito à sua pretensão universalista, erro replicado por Weffort na formulação do populismo.

O pecado original da hipótese populista está em julgar a ação das classes sociais no contexto brasileiro segundo a experiência exemplar europeia. Esta última serve de parâmetro para medir quão próximos, o proletariado e a burguesia, estiveram de atuar à altura de seu papel histórico, qual seja, o de promover a modernização da sociedade brasileira rompendo as amarras das estruturas arcaicas de poder e de dominação das elites agrárias. Daí o pacto de classes que sustentava o populismo, é estigmatizado, justamente, por conciliar interesses e não provocar uma ruptura necessária, tal como teria ocorrido no caso europeu.

A tese de que as transformações políticas ocorreriam necessariamente por meio uma fratura foi construída a partir da análise da Revolução Francesa, essa é a origem do modelo da ruptura, que se pretende universal.

A tipologia política fundada sobre o exemplo francês, a qual desde Lênin se acrescenta a experiência russa de 1917, tem que insistir sobre as rupturas e as fraturas no interior do processo. Isso oferece uma tipologia bastante esquemática da revolução, da formação das classes e da ideologia de classe, que deriva de uma visão de história na forma de rupturas e de confrontações. [...] Assim, há no esquema inglês uma fase de “longa duração”, o longo período durante o qual é estabelecida uma determinada estrutura política que dura, sem maiores transformações, 150 anos. Em seguida, após uma confrontação muito áspera em 1832, esse sistema é capaz de se modificar, a burguesia industrial e a comercial participam mais estreitamente do poder ao lado da burguesia fundiária; enfim, por admissões sucessivas ao privilégio e ao voto, a evolução do sistema conduz as diferentes partes do povo britânico à participação na estrutura constitucional. Durante esse tempo, naturalmente, o movimento operário fez contínua pressão para entrar nessa estrutura e modificá-la. Para os historiadores que a estudam, essa experiência é extremamente diferente do modelo formado por uma sequência de fraturas, mais familiar ao historiador francês (THOMPSON, 2012, p. 205-206).

Essa advertência thompsoniana contrapõe um forte argumento às abstrações universalistas que são reproduzidas na ânsia por fraturas históricas.

Os equívocos dessa pretensão universalista resultam, em geral, da aplicação irrefletida de um modelo abstrato para se obter uma explicação, que pode ser muito bem sucedida do ponto de vista de sua coesão interna, mas seriamente comprometida quando se leva em conta o processo histórico efetivo. A pretensão universalista conduz, comumente, a uma operação esquemática, a qual elege para o seu modelo explicativo apenas os fatos que lhe convêm, para, assim, atingir uma coerência interna perfeita. Logo, os fatos que contradizem o modelo são desconsiderados ou ignorados, uma vez que a operação esquemática predispõe o pesquisador a olhar somente para aqueles que estão previstos pelas teses consagradas no modelo original.

Não se trata de vetar qualquer transposição de modelos teóricos, mas de considerar que, se os modelos são construídos por meio da observação de *uma* realidade, as categorias que os constituem expressam, prioritariamente, as particularidades da realidade observada. Desse modo, apenas em alguns casos tais categorias podem auxiliar na compreensão de outras realidades similares. Nesse sentido, Thompson pontua a necessidade de cautela no trabalho com modelos prontos:

A questão é [...] como utilizar um modelo com propriedade. A resposta, contudo, não é simples. Mesmo no momento de empregá-lo, o historiador precisa saber encará-lo com um ceticismo radical e manter-se aberto a respostas para evidências para as quais não tenha categorias. [...] Não podemos levar nada adiante sem aceitarmos um modelo aproximado como suporte de nosso trabalho. E o hábito do modelo em tornar-se tão forte, quase sempre reforçados por determinações ideológicas, torna-se impermeável à crítica empírica. Ou, sobre o impacto de um “grande fato” após o outro, ele se desintegra completamente, e erramos, então, em mares de fenômenos nunca antes navegados. A tradição marxista se dividiu em ambas as direções. De um lado, várias ortodoxias em competição, todas elas esquemáticas; de outro, destroços e lastros de um sistema que a aderna em águas empíricas (THOMPSON, 2012, p. 156-157).

Entretanto, a persistência nas transposições acríticas não atinge apenas a construção do conhecimento, mas tem consequências políticas. Nessa perspectiva, os conceitos de classe e consciência de classe ocupam o centro do debate.

A ação das classes sociais no processo histórico estava em foco nas discussões sociológicas na década de 1960. Nessa época, durante um estágio no norte da África, Pierre Bourdieu (1930-2002), ex-aluno de filosofia da Escola Normal Superior, converteu-se em sociólogo. Bourdieu chegou à Argélia no outono de 1955, aos 25 anos para prestar serviço militar (1955-1958). Posteriormente, assumiu o cargo de professor na Faculdade de Letras de Argel. Nessas circunstâncias, ocorreu sua transição da filosofia para a etnologia, por influência dos trabalhos de Claude Lévi-Strauss.⁸

Entretanto, as suas pesquisas sobre as práticas sociais também têm influências da fenomenologia, da concepção estruturalista da língua e da cultura (BOURDIEU, 2004). Foram essas as vertentes que serviram de base para a obra *Travail et travailleurs en Algérie*

⁸ Sobre esse deslocamento Bourdieu declarou o seguinte: “Compreendi assim, retrospectivamente, que tinha ingressado em sociologia e etnologia, de um lado, por conta de uma recusa profunda do ponto de vista escolástico, princípio de uma altivez, de uma distância social, na qual nunca pude me sentir à vontade e para qual decerto predispoë a relação com o mundo associada a certas origens sociais. Essa postura me desagradava havia muito tempo. E a recusa da visão do mundo associado à filosofia universitária da filosofia contribuíra muitíssimo para levar-me às ciências sociais e, em especial, a um certo modo de praticá-las. Mas eu logo iria descobrir que a etnologia, ou ao menos a maneira particular de concebê-la encarnada por Lévi-Strauss, tão bem condensada na metáfora do “olhar distanciado”, também permite, de modo bastante paradoxal manter o mundo social à distância, até o “denegar” no sentido de Freud, e, por aí, submetê-lo a estetização.” (BOURDIEU, 2004, p. 72).

(1963)⁹, cujo material empírico consiste em um conjunto de pesquisas etnográficas e estatísticas realizadas na Cabília entre 1958-1961. A despeito de sua inspiração etnográfica, o material produzido na Cabília não resultou em uma etnografia clássica, mas em um texto sociológico que se inscreve nas discussões acerca da transição de uma economia pré-capitalista para uma economia capitalista. Nasceu, dessa investigação, não uma mera confirmação ou negação de hipóteses presentes nas teorias sociológicas sobre o desenvolvimento econômico e o processo de modernização, mas uma sociologia da gênese das disposições sociais¹⁰.

Numa situação histórica marcada pelo descompasso entre as disposições econômicas dos argelinos (inscritas em uma concepção tradicional do tempo e do trabalho) e as estruturas da economia capitalista, Bourdieu formulou o conceito de *habitus* para captar o desencontro entre as disposições práticas de uma sociedade tradicional e as disposições requeridas por uma economia moderna. Assim, o descompasso se explicaria pelo fato de que as disposições são produzidas socialmente

por uma categoria particular de condições materiais de existência, objetivamente definida sob a forma de uma estrutura particular de probabilidades objetivas – um futuro objetivo –, as disposições a respeito do futuro, estruturas estruturadas, funcionam como estruturas estruturantes, orientando e organizando as práticas econômicas da existência cotidiana, operações de compra, de poupança ou de crédito, assim como as representações políticas, resignadas ou revolucionárias (BOURDIEU, 1979, p. 8).

O futuro objetivo é formado por um conjunto de disposições geneticamente concretas, que em nada se assemelham com o futuro hipostasiado pela categoria consciência de classe, pois “está ligado à situação econômica e social pela mediação das potencialidades objetivas que essa situação define e que definem essa situação” (BOURDIEU, 1979, p. 133). Portanto, quando a consciência de classe é interpretada através da categoria futuro objetivo, permite compreender o futuro como atrelado a uma realidade concreta.

Nesse sentido, o conceito de *habitus*, ao apreender as potencialidades da situação objetiva dos indivíduos, ultrapassa “as oposições abstratas entre o subjetivo e o objetivo, o consciente e o inconsciente.” Com efeito, a “consciência da situação de classe pode ser também, sob outro ponto de vista, uma inconsciência dessa situação” (BOURDIEU, 1979, p.

⁹ Essa obra foi traduzida para o português com o título “O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais”, publicada no ano de 1979.

¹⁰ “[...] subsiste que nas sociedades em vias de desenvolvimento, a discordância entre as estruturas objetivas e as disposições é tal que a construção de uma teoria econômica adaptada iria talvez supor que se renuncie [...] a efetuar a dedução dos comportamentos do sistema tal como ele é, ou pior, tal como gostaríamos que fosse.” (BOURDIEU, 1979, p. 17).

133-134) de classe, ou seja, pode ser a não consciência da totalidade das relações de produção.

Desse modo, o futuro objetivo, como categoria de análise “é aquele que o observador deve postular para compreender a conduta atual dos sujeitos sociais, o que não significa que ele coloca na consciência dos sujeitos que observa a consciência que tem de sua consciência”. Por outro lado, o futuro objetivo pode ser inconsciente, pois “pode não ser um fim conscientemente perseguido pelos sujeitos e constituir, entretanto, o princípio objetivo de suas condutas, porque está inscrito na situação presente desses sujeitos” (BOURDIEU, 1979, p. 134), ou seja, está referenciado na situação econômica e social.

No entanto, a categoria consciência de classe, tal como colocada pelo conceito de populismo, pressupõe a possibilidade, quando não a necessidade, de o proletário acessar a totalidade social, o que seria a tomada de consciência. Porém, “o agente social” dificilmente pode “apreender em sua totalidade um sistema que nunca lhe aparece senão de perfil” (BOURDIEU, 1979, p. 134). Antes que a tomada de consciência para a revolução se efetive é possível que ocorram outros reconhecimentos da realidade objetiva, porque também estão inscritos nela, e corriqueiramente é isso o que ocorre.

A pressão da necessidade econômica pode suscitar um descontentamento e uma revolta que não supõem necessariamente o escopo claro e racional da finalidade da revolta (como é visto pela distância que separa a quase-sistematização afetiva de uma verdadeira totalização) e que podem se traduzir tanto pela passividade resignada quanto por explosões elementares e desprovidas de finalidade explícita (BOURDIEU, 1979, p. 134).

Foi precisamente esse tipo de ocorrência que Thompson encontrou em abundância no século XVIII inglês. Já a história brasileira foi e ainda é marcada por revoltas e protestos. No caso da experiência democrática do período 1946-1964, segundo o conceito de populismo, a participação política ativa dos trabalhadores teria sido deficitária, incapaz de instaurar uma ruptura profunda. Nesse conceito está pressuposta a ideia de que dadas as relações de exploração capitalistas, cabia à classe trabalhadora dar o passo seguinte rumo às transformações sociais. Porém, as observações de Bourdieu mostram que essas relações de exploração, por si só, não criam as condições propícias para a tomada de consciência da totalidade que motive um impulso disruptivo duradouro:

Confiando na imagem mecânica da compressão seguida pela explosão, é comumente esquecido o fato de que a opressão mais intensa não coincide com a consciência mais aguda da opressão e que, muito ao contrário, a variação nunca é tão grande quanto no caso entre a verdade da situação objetiva e a consciência dessa situação (BOURDIEU, 1979, p. 134-135).

O manejo da categoria classe social também é uma característica de Thompson, e lhe deu lugar de destaque no âmbito das discussões teórico-metodológicas das ciências sociais no marco temporal já referido dos anos 1960-1970. Nessa ocasião, o estruturalismo althusseriano surgiu como uma resposta convincente a esse problema, mas não explicava a ação por si mesma. Segundo essa vertente, as classes agiam forçadas pelas estruturas sociais¹¹. Thompson define esse tipo de estruturalismo como reducionista, pois identifica nele a transposição acrítica da metáfora “base-superestrutura” para explicar processos históricos singulares como o comportamento político das classes sociais.

Desse modo, o fenômeno não é explicado por suas próprias razões, mas por uma causa externa, que é apenas suposta – se as classes atuam porque as estruturas determinaram, a causa da ação permanece exterior à classe. Isso ainda não esclarece, contudo, a consciência das classes sociais. O estruturalismo reconhece o problema, mas a solução não pode estar exclusivamente baseada na determinação estrutural. É nesse sentido que se deve compreender a objeção thompsoniana: “Reduzir classe a uma identidade é esquecer exatamente onde repousa a *agência*, não na classe, mas nos homens” (THOMPSON, 2012, p. 171).

De outro modo, se a interpretação teórica persiste em afirmar que a classe insiste em fazer escolhas contrárias a seus interesses, negociando ou conciliando como quer o ponto de vista do populismo weffortiano, é por que, em parte, as escolhas não são entendidas com base nas “múltiplas determinações concretas” combinadas com uma apreensão crítica da teoria, mas apenas tragadas para dentro de um esquema teórico que submete toda a concretude das práticas aos pressupostos abstratos.

Foi contra esse uso esquemático da categoria classe social que Thompson sustentou, com base em sua pesquisa sobre a luta de classes na Inglaterra do século XVIII, que a classe social é um acontecimento histórico, ela não aparece porque tenha sido postulada teoricamente.

a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura. [...] A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais. [...] Não podemos ter amor sem amantes, nem submissão sem senhores rurais e camponeses. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns (herdadas ou partilhadas), sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus. A experiência de classe é determinada, em grande medida, pelas relações de produção em que os homens nasceram – ou entraram involuntariamente. A consciência de classe é a forma como essas

¹¹ “Para Althusser e seus seguidores a estrutura (econômica ou política) determina a prática social dos agentes que seriam portadores das relações estruturais. É a tese da determinação estrutural, de resto, que permite pensar a regularidade dos fatos sociais – das instituições, das práticas dos agentes – e vislumbrar, assim, a explicação e previsão de tais fatos, isto é, conceber o marxismo como ciência.” (BOITO, 2013, p. 166).

experiências são tratadas em termos culturais: encarnadas em tradições, sistemas de valores, ideias e formas institucionais. Se a experiência aparece determinada, o mesmo não ocorre com a consciência de classe. Podemos ver uma *lógica* nas reações de grupos profissionais semelhantes que vivem experiências parecidas, mas não podemos predicar nenhuma *lei*. A consciência de classe surge da mesma forma em tempos e lugares diferentes, mas nunca exatamente da mesma forma (THOMPSON, 2019, p. 10).

Portanto, a classe vem a existir quando um grupo de pessoas se encontra sob certas relações de produção, sob certas relações de dominação, reconhecem a exploração, resistem e lutam. E durante esse processo criam organizações e instituições que testemunham o modo particular da sua resistência – a consciência de classe se forma durante esse processo, por isso não pode ser hipostasiada como um duplo da existência física da classe. Além disso, o aspecto relacional na consideração da luta de classes distingue Thompson na medida em que lhe permite entender o comportamento dos explorados sempre em relação aos movimentos da classe antagonica ou dos grupos que exercem a dominação. É esse o caso, por exemplo, da relação entre plebe e *gentry* no século XVIII inglês:

A polaridade essencial da história inglesa no século XVIII é a oposição entre *gentry* e plebe e não entre *gentry* e burguesia (fenômeno não encontrável senão em certas situações urbanas). A plebe não é uma classe operária. Antes parece a plebe romana. Ela compreende, de uma maneira ou de outra, o que se designaria na França como pequenos camponeses onde os pequenos fazendeiros tradicionais existem ainda, artesãos e mercadores das vilas, lojistas (que são é claro também artesãos) muito semelhantes aos membros das sessões de *sans-culottes* na França [...]. Seria muito apressado considerar esses indivíduos como pequenos burgueses: eles existem de fato como o polo oposto ao poder da *gentry*. Ninguém no século XVIII teria ideia de descrever a sociedade como uma sociedade de uma só classe. Havia governantes e governados, os grandes e os pequenos, as pessoas abastadas vivendo de suas propriedades e as sem eira nem beira. Entre elas – onde seria necessário situar as profissões liberais, a burguesia industrial nascente e as classes médias rurais (arrendatários abastados e médios proprietários) –, as relações de clientela e de dependência eram tão forte que, pelo menos até os anos 60 do século XVIII, esses grupos não parecem modificar muito a polaridade essencial (THOMPSON, 2012, p. 217-218).

Essa maneira de conceber as relações entre os grupos sociais também é cara a outra figura de destaque da sociologia contemporânea.

Norbert Elias (1897-1990) pode ser considerado um autêntico representante da geração de sociólogos que se situam na transição entre a linhagem sociológica clássica e os desenvolvimentos inovadores da sociologia contemporânea. Elias frequentou a universidade alemã na época em que Max Weber ainda atuava como proeminente sociólogo, reconhecido por seus pares. Embora não o tenha encontrado em vida, manteve íntimo contato com seu

irmão Alfred Weber e frequentou assiduamente as reuniões de intelectuais organizadas por Marianne Weber, viúva de Max¹².

Colecionando desventuras em uma Europa atravessada pela ascensão nazista, Elias foi parar na Inglaterra (1935), onde a partir de 1936, com uma bolsa de estudos da comunidade judaica de auxílio aos refugiados do hitlerismo, iniciou a redação dos dois volumes de *O processo civilizador* (1939) e de parte da obra *A sociedade de corte* (1969). Esses livros já manifestam o essencial de sua originalidade como sociólogo. N'A *sociedade de corte* Elias apresenta a tese das relações sociais serem fundadas no fato básico da interdependência relacional.

Nessa tese Elias propõe uma via para superar a oposição entre indivíduo e sociedade, assumida pela tradição clássica da sociologia e reproduzida pelas gerações posteriores. O objeto da sociologia, segundo Elias, não é a relação entre indivíduo e sociedade, mas as relações de interdependência dos indivíduos em sociedade: “A sociedade que é muitas vezes colocada em oposição ao indivíduo, é inteiramente formada por indivíduos, sendo nós próprios um ser entre os outros” (ELIAS, 2008, p. 13).

Para Elias, a inércia dos hábitos de pensamento é uma força que compromete uma apreensão propriamente sociológica da realidade social. Nesse sentido, o uso reificado da linguagem comum e de conceitos ou modelos teóricos elaborados em outros campos científicos e transpostos para interpretação sociológica em nada contribuem para esclarecer a realidade específica dos fenômenos sociais¹³. Em sua visão, a separação entre indivíduo e sociedade deveu-se à influência que as ciências físicas exerceram sobre a sociologia em formação. “De acordo com essa tradição [das ciências físicas, inspirada no sistema cartesiano], o modo correcto de investigar uma unidade compósita” é “dissecá-la nos seus componentes, depois estudar isoladamente as propriedades das partes componentes e,

¹² Elias trata da sua relação com importantes figuras da sociologia alemã das décadas de 1920: “Quando me instalei em Heidelberg, ainda não se desconfiava de tudo aquilo. A cadeira de Mannheim em Frankfurt estava bem distante. O fato de Alfred Weber haver aceitado me inscrever na lista de candidatos me deixou satisfeito. Mas aquilo podia levar muito tempo. Mannheim me explicou que era indispensável, para não correr nenhum risco, obter o aval de Marianne Weber para uma eventual habilitação. Disse-me que ela mantinha uma espécie de salão e que era oportuno para um jovem sociólogo com ambições de fazer uma carreira universitária em Heidelberg apresentar-se ali. Pouco depois, recebi um convite para a casa de Marianne Weber. Era lá que regularmente se reunia uma parcela da elite universitária de Heidelberg [...]”. (ELIAS, 2001, p. 106).

¹³ Elias afirma que o fazer sociológico exige uma autocrítica impiedosa cujo objetivo é identificar as ideias estranhas à ciência e que comprometem as suas proposições. Elias chama a atenção para uma espécie de inconsciente que opera por trás de elaborações teóricas e que pode ter diferentes origens: o egocentrismo, originado na infância na criança e que a faz se sentir como o centro do mundo, as ideologias políticas (um dos pontos fracos do marxismo para Elias). Nesse sentido, o egocentrismo e o liberalismo teriam operado, por exemplo, de modo inconsciente na sociologia de Max Weber, que inicia a sua teoria da ação postulando a existência do *homo clausus*, isto é, o indivíduo isolado que não é pensado na relação com os outros indivíduos. Igualmente, a própria estrutura da língua e aqueles fatores não podem ser apropriados de modo acríptico pelos sociólogos. (ELIAS, 2001, p. 156).

finalmente, explicar as propriedades distintivas dessa unidade compósita em termos dos componentes”. A dificuldade desse modelo é que seus pressupostos bloqueiam a compreensão dos atributos próprios da sociabilidade humana. Quem opera segundo o modelo atomista das ciências físicas não leva em conta que “quanto mais intimamente integrados forem os componentes de uma unidade compósita ou, por outras palavras, quanto mais alto for o grau da sua interdependência funcional”, como é o caso dos grupos sociais, faz-se “necessário não só explorar uma unidade compósita em termos das suas partes componentes, como também explorar o modo como esses componentes individuais se ligam uns aos outros, de modo a formarem uma unidade” (ELIAS, 2008, p. 78).

Preocupado em apreender os fenômenos sociais respeitando sua natureza particular, Elias propõe uma teoria das relações sociais como alternativa aos modelos teóricos que têm como pressuposto o *homo clausus*.

A teoria sociológica da interdependência [...] atém-se estritamente aos fatos. Ela parte da observação de que cada homem, desde a infância, faz parte de uma multiplicidade de pessoas dependentes umas das outras. Dentro da rede de interdependências em que ele é posto no mundo, desenvolve-se e conserva-se – em diversos graus e segundo diversos padrões – sua relativa autonomia como um indivíduo que decide por si mesmo. Quando, investigando problemas históricos e sociais, o pensamento se detém nas atividades e nas decisões de homens isolados, como se pudessem ser explicados sem se recorrer às dependências que ligam os indivíduos entre si, então se oculta precisamente aquele aspecto das relações humanas que constitui o contexto de suas interações. A análise da rede de interdependências no caso de um rei tão poderoso como era Luís XIV é um bom exemplo do grau de certeza que se pode alcançar em uma análise de interdependências. [...] As conexões que vêm à tona aqui não são determinadas por ideais preconcebidos do pesquisador; para que possamos percebê-las e elaborá-las de modo claro e distinto, muitas vezes é preciso fazer uma abstração de nossos próprios ideais. Caso não se tratasse de pessoas, poderíamos dizer: aqui penetramos no âmago das próprias coisas. As interdependências de um rei ou de seus cortesãos são dados que podem ser descobertos, mas não inventados (ELIAS, 2001, p. 157).

Desse modo, os indivíduos interdependentes são apreendidos como parte de figurações. No interior dessas, eles se constituem pela dependência recíproca. Não se trata, contudo, de postular que as figurações suportam apenas relações puramente harmoniosas. Pelo contrário, nas figurações se manifestam hierarquias e relações de dominação entre os indivíduos ou grupos sociais. Esses são reciprocamente dependentes, mas possuem forças díspares; a desigualdade de poder é um fato básico das relações sociais, contudo, o potencial de poder varia no interior das relações entre indivíduos e grupos sociais e descreve um equilíbrio flutuante¹⁴. A força de um grupo depende do grau relativo de dependência desse na

¹⁴ As vantagens do conceito de figuração: “o conceito de figuração ainda tem a vantagem de não evocar, como faz o de ‘sistema’, nem a idéia de uma entidade totalmente fechada, nem a de uma dotada de harmonia imanente. O conceito de figuração é neutro. Ele pode se referir a relações harmoniosas, pacíficas e amigáveis entre as

relação com os grupos com que convive. Nesse sentido, o equilíbrio de poder é uma característica estrutural das relações humanas:

Uma solução mais adequada para os problemas de poder seria o considerarmos este, de um modo inequívoco, como sendo uma característica estrutural de uma relação, que a penetra totalmente; como característica estrutural que é, não é boa nem má. Pode mesmo ser boa e má. Dependemos dos outros; os outros dependem de nós. Na medida em que somos mais dependentes dos outros do que eles são de nós, em que somos mais dirigidos pelos outros do que eles são por nós, estes têm poder sobre nós, quer nos tenhamos tomado dependentes deles pela utilização que fizeram da força bruta ou pela necessidade que tínhamos de ser amados, pela necessidade de dinheiro, de cura, de estatuto, de uma carreira ou simplesmente de estímulo. Seja qual for a razão, numa relação directa entre duas pessoas, a relação que A tem para com B é também a relação que B tem para com A. Neste tipo de relações, a dependência de A relativamente a B está sempre relacionada com a dependência de B relativamente a A, excepto em situações marginais. Mas pode ser que um seja muito menos importante do que o outro. Pode acontecer que o poder de B sobre A, a sua capacidade de controlar e orientar o decorrer da acção de A, seja superior ao poder que A tem sobre B. Este equilíbrio de poder é avaliado em favor de B. [...] Ao mesmo tempo, também nos poderão ajudar a corrigir o hábito de utilizar o conceito relação como um conceito estático, recordando-nos que todas as relações – tal como os jogos humanos – são processos (ELIAS, 2008, p. 101-102).

Essas passagens contêm os pontos centrais da teoria eliasiana do poder. A partir dela podemos apreender que é inadequado pensar os fenômenos do poder isoladamente. Assim, não faz sentido afirmar que um grupo social não pôde agir segundo seu potencial verdadeiro porque não tinha “plena autonomia”, como interpretou Weffort. Se a interdependência é o fato básico das relações de poder, nunca um grupo terá plena autonomia. Por menor que seja a força de seu oponente, haverá ainda algum grau de dependência em relação a ele. Essa apreensão relacional do poder é seminal para se estudar as relações de poder entre os grupos sociais. “Ao estudarmos as relações de poder [...] entre operários e patrões, entre governados e governantes ou entre pequenos e grandes Estados, percebemos que sempre se trata de equilíbrios de poder instáveis e que, portanto, podem evoluir” (ELIAS, 2001, p. 157). Ou seja, podem ocorrer transformações, no interior de processos de longa duração, que alterem o potencial de cada grupo e, então, a balança de poder pode se inclinar para o lado que era mais fraco, oferecendo a esse grupo um grau maior de independência em relação ao grupo de maior poder.

Quando, no curso do desenvolvimento de longa duração de uma sociedade, as forças sociais de suas diversas camadas e grupos se deslocam de tal modo que grupos relativamente mais fracos, até então excluídos do acesso ao controle do monopólio central – sobretudo ao controle do monopólio do exercício da violência física e da arrecadação de impostos – tornam-se socialmente mais fortes em relação às camadas até então privilegiadas, existem no fundo apenas três possibilidades de resolver os problemas surgidos de uma tal alteração do equilíbrio de poder. A primeira é a admissão institucionalmente regulada, como parceiros das elites monopolistas, de

pessoas, assim como a relações hostis e tensas. A sociedade de corte é carregada de tensões, mas isso não prejudica em nada seu caráter como uma figuração específica de indivíduos.” (ELIAS, 2001, p. 156).

representantes dos grupos sociais que se fortaleceram em relação à posição de poder e decisão que proporciona o controle do monopólio do poder. A segunda é a tentativa de imobilizar os grupos que se fortaleceram em sua posição subordinada com concessões, principalmente econômicas, mas sem acesso ao monopólio central. A terceira se baseia na incapacidade das elites privilegiadas, condicionada socialmente, de perceber que as relações sociais se alteraram, e com elas as relações de poder. Na França, assim como mais tarde na Rússia e na China, as elites monopolistas pré-industriais do antigo regime seguiram o terceiro caminho (ELIAS, 2001, p. 272- 273).

A questão de fundo é que as mudanças no equilíbrio de poder ocorrem de modo processual, ou seja, se inscrevem em processos de longa duração. Isso não exclui, no entanto, a possibilidade de ocorrer rupturas. Entretanto, a observação dos processos históricos ensina que as fraturas são antecedidas por “um deslocamento de poder de longa duração”. Quando esse deslocamento altera significativamente a balança de poder, a relação entre os grupos é alterada, mas o caminho da revolução é apenas um cenário possível, e não a regra.

Considerações finais

No Brasil, os adeptos do conceito de populismo de cepa weffortiana lamentam a ausência de rupturas em nossa história, cujo traço distintivo seria a conciliação. As classes sociais, consideradas isoladamente, são adjetivadas como débeis. Aqueles que abraçam o conceito de populismo não atentam para o fato de que se as classes populares têm pouco poder de organização, ou menos do que gostariam, deve ser porque as elites dominam com um potencial acumulado por séculos. Tamanho diferencial de poder indica que a limitada capacidade de ação dos subalternos deve ter custado muita luta, ou seja, não se trata de apontar somente para a debilidade, a fraqueza ou a incapacidade de comandar grandes transformações. Mas de reconhecer o caráter relacional da luta de classes, de compreender os variados meios pelos quais os dominantes resistem às possibilidades de transformação social encarnadas na experiência dos dominados. Levar em conta que não foram poucas as vezes que os subalternos rebelaram-se e lutaram contra a dominação brutal das elites brasileiras.

Assim, podemos pensar numa história em que os dominados opuseram resistência, forçando as instituições e que, em estágios propícios, puderam acumular força para fazer mover a balança de poder. Isso é o que ocorre quando o processo de formação da classe social se encontra avançado como nos ensinou Thompson; concebendo classe social como uma categoria histórica e não estática, ou quando as relações de interdependência entre os grupos sociais evoluem de tal modo que, representando uma mudança global na figuração, possa levar a uma alteração na balança de poder a favor dos dominados, como vaticinou Elias. Seja como for, as relações mudam dentro de um processo de longa duração. No interior deste,

haverá dominação e resistência, pois os poderosos tendem a concentrar os monopólios decisivos de poder¹⁵. Certo é que o conflito de classes perdurará, de modo que “só se pode prever a luta”.

Referências

CHALHOUB, S.; SILVA, F. T da. “Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980”. **Cad. AEL**, v. 14, n. 26, 2009.

BOITO, A. “Indicações para o estudo do marxismo de Althusser”. **Novos Temas**, São Paulo, n. 9, 2013.

BOURDIEU, P. **O desencantamento do mundo: estruturas econômicas e estruturas temporais**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

BOURDIEU, P. **Esboço de auto-análise**. São Paulo: Cia das Letras, 2004.

ELIAS, N. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 2008 [1970].

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

_____. **A sociedade de corte: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001 [1969].

FORTES, Alexandre; NEGRO, Antonio Luigi; FONTES, Paulo. “Peculiaridades de E. P. Thompson”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. SILVA, S.; NEGRO, A. L. (Org.). Campinas: Unicamp, 2012.

GOMES, Angela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. Rio de Janeiro: Vértice, 1988.

_____. **O populismo e as ciências sociais no Brasil: notas sobre a trajetória de um conceito**. Tempo Brasileiro, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 31-58, 1996.

LEITE LOPES, José Sérgio. **A tecelagem dos conflitos de classe na “cidade das chaminés”**. São Paulo: Marco Zero, 1988.

PAOLI, Maria Célia. **Labour, Law and the State in Brazil, 1930-1950**. Doutorado em História Social, University of London, 1987.

RAMALHO, José Ricardo. **Estado-Patrão e luta operária: o caso da FNM**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989

SANTANA, M. A. **O ‘novo’ e o ‘velho’ sindicalismo: análise de um debate**. Revista de Sociologia e Política, Curitiba, v. 1, n. 10/11, p. 19-35, 1998.

¹⁵ Elias nos lembra que onde houve revolução ocorreu uma concentração dos monopólios decisivos (violência física, impostos, meios de produção, informações e organizações) nas mãos dos vitoriosos; assim, a dominação não cessa, no entanto, permanece a interdependência e as tensões intrínsecas a essa relação tendem a continuar abalando as bases da própria dominação. (ELIAS, 2001, p. 159).

SILVA, F. T. da. “Direitos, política e trabalho no porto de Santos.” In: FORTES, A. et al. (Org.). **Na luta por direitos: estudos recentes em história social do trabalho**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1999.

THOMPSON, E. P. **A formação da classe operária inglesa, vol. 1: a árvore da liberdade**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.

_____. “Modos de dominação e revoluções na Inglaterra”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. SILVA, S.; NEGRO, A. L. (Org.). Campinas: Unicamp, 2012.

_____. “As peculiaridades dos ingleses”. In: **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. SILVA, S.; NEGRO, A. L. (Org.). Campinas: Unicamp, 2012.

WEFFORT, Francisco. **O populismo na política brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003 [1978].